



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA

Ata da Audiência Pública novo transporte público de São José dos Campos

Folha nº	14902	Data	24/02/20
Proc. nº	37570-2707		
Ass.:			

Aos 03 de maio de 2019, às 19:40, reuniram-se, no CEFE – Centro de Formação do Educador, sito a Av. Olivo Gomes, 250 - Santana, São José dos Campos - SP, o secretário adjunto da Secretaria de Mobilidade Urbana, Douglas Ivanov, representantes da Secretaria de Mobilidade Urbana de São José dos Campos e membros da sociedade, que foram comunicados com antecedência de 15 dias, seja através da portaria nº 15/SEMOB/19, e da divulgação através de 391 cartazes distribuídos em todos os ônibus do sistema de transporte público coletivo de São José dos Campos. Estavam presentes 159 pessoas, de acordo com a lista de presença.

O Secretário Adjunto deu início à audiência pública, comunicando os motivos pelos quais audiência foi convocada e informou as datas das oficinas públicas que serão realizadas em prol do projeto do novo transporte público da cidade. Após, prosseguiu com a leitura da portaria nº 15/SEMOB/19, com a finalidade de nivelar o entendimento do motivo que levou à realização da audiência pública, quer seja a análise das necessidades técnicas de prorrogação de contratos de concessão do transporte coletivo. Em leitura da portaria, o Secretário apresentou as regras previamente estipuladas para a organização e andamento da audiência pública a que deu início. Por fim, passou a palavra para arquiteta Débora Redondo da Secretaria de Mobilidade Urbana. A Arqtª Débora iniciou sua apresentação tratando dos motivos que levaram a Prefeitura de São José dos Campos a entender a necessidade da prorrogação de dois lotes que operam o transporte público do município a fim de que os contratos venham a termo na mesma data. Depois de encerrada a apresentação foi aberto o espaço para manifestação do público presente que se inscreveu durante a primeira hora após o início da audiência. O Secretário Adjunto Douglas chamou cada munícipe pelo nome fornecido e registrado em lista. Segue registro aproximado da manifestação de cada munícipe, com foco no registro do questionamento suscitado. Registre-se que, em conjunto com a presente ata, será disponibilizada no portal eletrônico da Secretaria, em sua integralidade, o registro em áudio da audiência.

Eduardo José questionou como seria o novo sistema aplicado pela secretaria e como seria a apresentação do mesmo; Geovane Silva, se dentro do dispositivo tecnológico apresentado pela secretaria, está prevista alguma modalidade nova de modal de transporte para a cidade; César Jorge questionou sobre o que está sendo pensado para desestimular o uso de carros e motos na cidade; Fabio Silva questionou se não poderíamos abrir o setor de transporte público, para qualquer um que queira empreender e assim a prefeitura poderia agir como um “árbitro” de vários modais e empresas; Conrado Indiane questiona se existe algum tipo de aplicativo do transporte público que possa integrar com o transporte coletivo e se existe alguma posição sobre este fato; Sidney Campos sugere a integração entre os bairros com linhas diretas, além de ampliar a quantidade de vans. Por fim alega que motoristas são mal educados e não respeitam os munícipes, sugere a realização de cursos; Francisco Leandro reclama que não há auditoria do sistema e que para projetar um novo é necessário ver o que ocorreu no passado e está acontecendo. Complementa que o relatório apresentado para a audiência pública não apresenta um novo transporte, e se trata de um documento que justifica a necessidade de prorrogação contratual. Também alega que existe um saldo de 20 milhões de reais “travados” no sistema, sem uso; Murilo Magalhães questiona que se o transporte é público, por qual motivo ocorre o pagamento de tarifa; Angélica Gomes reclama que as linhas 121 e 128 passam com atraso e estão constantemente lotadas e solicita um semáforo na região; Sueli de Souza alega que trabalha no Jardim do Golfe e tem dificuldade para sair e chegar no trabalho, pois os ônibus estão constantemente lotados; Raquel Gomes reclama que os ônibus da linha 121 e 128 não param nos pontos e estão sempre lotados, sendo necessário colocar mais ônibus; Vereadora Amélia Naomi reclama da dificuldade das domésticas e questiona como funcionariam as novas tecnologias; Lavinia Fernanda de Souza Faria reclama do tempo de espera do ônibus do Urbanova, e que a prefeitura disponibiliza um horário dos ônibus, mas normalmente não é respeitado e os ônibus não chegam na hora certa. Complementa que o aplicativo disponibilizado pela prefeitura para recarga das carteirinhas vem dando problemas; usuários não estão conseguindo carregar. Por fim questiona que se o aplicativo é para o povo, tem pessoas que não tem internet e se no ponto não tem internet como eles usariam o aplicativo; Michael Santos foi chamado e não compareceu para realizar a manifestação; Weberton Quintanilha, membro do conselho municipal de mobilidade urbana e representante dos usuários do transporte coletivo,



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA

Folha nº 11113 Data 21/07
Proc. nº 37570-2/07
Ass.: Juh

declarou que todos deveriam participar democraticamente, pois as pessoas que elaboram leis não usam o transporte público, então, por isso, as pessoas deveriam participar mais; Leandro Francisco reclama do intervalo muito grande dos ônibus entre 11:30 e 13:00 no Morumbi (zona sul) e questiona o porquê do transporte alternativo não estar integrado com os ônibus e com o bilhete único; Roberto Chagas, após chamado, estava presente na audiência mas manifestou que não tinha interesse em se manifestar; André Luís Cardoso questionou sobre o fato de a Urbam possuir em seu estatuto a autorização para operar o sistema de transporte público e se isso seria uma opção na próxima licitação. Também questiona se seria possível a municipalização do transporte público municipal; José Carlos de Sousa demandou a manutenção dos cobradores no sistema e questionou que o Consórcio 123 pertence às empresas de ônibus e por qual motivo não se delega para outro órgão realizar a fiscalização do sistema; O vereador Wagner Balieiro reclama que o transporte público tem que ser visto enquanto política pública e não deve ser visto como uma questão de mercado ou visar o lucro. Complementa que o relatório da FGV meramente serve como diagnóstico para discutir a mudança da lei e não trás um novo modelo ou sistema. O vereador também manifesta que aguarda pela apresentação de um novo modelo e que após as oficinas públicas haja uma devolutiva e discussões acerca do modelo que se pretende trabalhar na cidade. Além disso, o vereador sugeriu que o controle da bilhetagem ficasse em poder da prefeitura, pois seria mais fácil a integração e distribuição com outras empresas e modais. Também questionou se haveria contrapartida na prorrogação dos contratos, por quantos anos ocorreria tal prorrogação e se haveria outorga proporcional a este período. Quanto ao contrato com a Fundação Getúlio Vargas, solicitou que os estudos fossem divulgados na internet à medida que ocorressem, pois o contrato dura 36 meses e deve ser público; Levi Fernandes da Silva alega que as concessionárias possuem 20 milhões, mas o sistema não foi auditado. Manifestou que não há como aumentar o número de usuários sem aumentar o número de ônibus; Camilo Felipe questiona se haverá uma ligação direta entre Zona Sul e Zona Norte; Gustavo Ferreira sugere que com relação às pessoas com deficiência física, que para quando perdem o agendamento na van, que sejam disponibilizadas mais vagas nos ônibus. Acrescenta que não compreende a questão da existência dos lotes. O secretário adjunto esclareceu essa divisão dos lotes será revista no momento de realização da licitação; Carlos Eduardo Carvalho, membro do conselho municipal de mobilidade urbana e representante do transporte alternativo, reclama que ficou de fora na antiga licitação. Além disso, questiona se a bilhetagem será estendida ao transporte alternativo na nova licitação e se ocorrerá a manutenção de três lotes no sistema; Antônia dos Santos foi chamada para se manifestar e não se apresentou; Varley Menconi sugeriu tirar o período de férias dos ônibus, reduzir o preço das tarifas nos dias que tiver frota de ônibus reduzida, aumentar o tempo de integração e, por fim, reclamou do aplicativo não funcionar; Inácio Alves dos Santos questiona que em alguns bairros não há ônibus e se algo estaria sendo feito para resolver tal problema; Elias Pereira da Silva questiona se haverá alguma mudança para os trabalhadores do transporte e se serão incluídos no novo projeto; Antônio Cesar declinou de se manifestar; Jairo Salvador, defensor público, reclamou que estaria ali para discutir o novo transporte e não para discutir a prorrogação contratual. Manifestou que as justificativas não foram convincentes. Questionou o porquê de realizar a prorrogação e não a antecipação do término do contrato e manifestou que não entraria nesta discussão. Manifestou sua insatisfação com reiteradas convocações da população para discussões e que, após, a decisão final ter ficado a cargo dos técnicos das secretarias. Reclamou de políticas públicas voltadas para bicicletas e patinetes de aluguel em algumas regiões da cidade. Requisitou que ficasse registrado o que segue: que quem tem de discutir transporte público são os envolvidos, os trabalhadores e usuários de transporte público. Acrescentou que deve haver uma instância deliberativa e não consultiva para as tomadas de decisões e que sem a existência da mesma, haveria mais uma ação; Eliomar Brito reclama que, em relação às oficinas públicas, apenas no Campo de São José não haverá oficina e requisita a realização de oficinas na região do Cajuru; Henrique Veneziani questiona o local e data das oficinas públicas e onde há a divulgação das mesmas. O secretário adjunto informou os locais onde ocorrerá cada uma das oficinas; Reinaldo Corrêa reclama que os transportes públicos estão sendo prejudicados por obras que ocorrem nas vias públicas e sugere que haja mais sincronização. Manifesta que as máquinas deveriam parar e dar preferência nos horários de pico; Mona Lisa de Andrade reclama que há poucos ônibus na UNIP e questiona o que pode ser feito, visto que estão sempre lotados; Felipe Santos questiona se serão criadas rotas alternativas entre a Zona Sul e Zona Leste; Wellington Rocha relata a necessidade

S
/



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA

Folha n° 14904 Data 24/03/20
Proc. n° 27570-2/07
Ass.:

de melhorar e rever os horários de ônibus. Além disso reclama que a prefeitura é muito rigorosa na fiscalização contra os motoristas e cobradores do transporte público estacionados no ponto final. Reclama da falta de banheiro na Praça Afonso Pena. Manifesta que sua profissão é uma das mais estressantes e que o descumprimento do horário é muito das vezes por causa do trânsito. Por fim requer que seja posto em pauta a questão do emprego do cobrador; Marcos dos Santos questiona sobre o tipo de integração que seria adotada, visto a possibilidade de seguir modelos de Portugal, Inglaterra, Alemanha, Itália e Grécia. Sugere o subsídio como ocorre na Inglaterra, onde há um sistema de cobrança baseado no grupo de serviço e horários, assim como existem bilhetes específicos vinculados à horários. Requer o reposicionamento com relação ao cobrador. Por fim reclama do tempo de espera na ECO; Sidney Custodio reclama que na região Leste, no Campos de São José, a empresa não instalou mais lugares de recarga da carteirinha e que o asfalto encontra-se muito danificado no corredor de ônibus da região; Robério Costa reclama que a estrutura da ECO é insuficiente para a quantidade de pessoas e que por diversas vezes a integração demora para ocorrer e não é possível realizá-la; Paulo Rodolfo argumenta que se os vereadores, secretários e o prefeito usassem o transporte público o transporte seria melhor. Também questiona se para a política de transporte público em São José dos Campos haveria um projeto que esteja em concordância com o aquecimento global e as mudanças climáticas. Além disso, reclama que se o transporte é público ele deveria ser gratuito, pois paga-se impostos para que o público atenda a população; Marton Renan questionou que a integração entre outros modais inclusive bicicletas não deve ocorrer apenas em áreas nobres, mas também em lugares pobres. Sugere que o sistema de bilhetagem deve ficar na mão da prefeitura para ter o maior controle e facilitar a integração com outros modais. Acrescenta que se avalia a remoção de cobradores de ônibus, mas que os alternativos também possuem cobradores, sendo que são menores do que um ônibus.

Eu, Douglas Ivanov, junto com Débora Redondo, secretariei a presente ata em 01 via, devidamente assinada por Douglas Ivanov, Débora Redondo e Marcelo Veneziani, membros da Secretaria de Mobilidade Urbana que estavam presentes na audiência.

São José dos Campos, 03 de maio de 2019.

Douglas Ivanov

Débora Redondo

Marcelo Veneziani